

# Análise das linhas de crédito da GoiásFomento 2000 - 2015



**GOIÁS FOMENTO**  
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A

ESTUDOS DO IMB

Fevereiro - 2017

**SEGPLAN**

SECRETARIA DE ESTADO DE  
GESTÃO E PLANEJAMENTO

**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**

Marconi Ferreira Perillo Júnior

**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita

**SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO**

Paula Pinto Silva de Amorim

**INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

Lillian Maria Silva Prado

---

**IMB - INSTITUTO MAURO BORGES**  
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

---

Unidade da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, o IMB é o órgão responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do Estado de Goiás.

**Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais**

Marcos Fernando Arriel

**Gerência de Contas Regionais e Indicadores**

Dinamar Maria Ferreira Marques

**Gerência de Cartografia e Geoprocessamento**

Carlos Antônio Melo Cristóvão

**Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas**

Eduiges Romanatto

**Gerência de Pesquisas Sistemáticas e Especiais**

Marcelo Eurico de Sousa



Instituto Mauro Borges  
Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar  
Setor Oeste – Goiânia – Goiás - CEP 74.125-125  
Telefone: (62) 3201-6695/8481  
Internet: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br), [www.segplan.go.gov.br](http://www.segplan.go.gov.br)  
e-mail: [imb@segplan.go.gov.br](mailto:imb@segplan.go.gov.br)

**ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

**INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – IMB**

---

**ANÁLISE DAS LINHAS DE CRÉDITO DA GOIÁSFOMENTO (2000 – 2015)**

---

***Eduardo Santos Araújo<sup>1</sup>***  
***Guilherme Resende Oliveira<sup>2</sup>***  
***Marcos Fernando Arriel<sup>3</sup>***

**GOIÂNIA – GOIÁS  
Fevereiro de 2017**

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador em economia do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB/Segplan-GO).

<sup>2</sup> Doutor em Economia pela Universidade de Brasília. Pesquisador em Economia do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB/Segplan-GO).

<sup>3</sup> Economista, Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC Goiás, doutorando em Geografia pela UFG, Gestor Governamental e Gerente de Estudos Socioeconômicos do IMB/Segplan-GO.

## SUMÁRIO

Apresentação .....	5
1 - Introdução.....	6
2 – Goiás no sistema financeiro nacional .....	7
3- Atuação da agência GoiásFomento.....	8
3.1 - Análise macroeconômica dos créditos da GoiásFomento .....	8
3.2 - Análise microeconômica dos créditos da GoiásFomento .....	13
3.3 - Crescimento, Desigualdade e Fontes de Financiamento .....	17
4 - Considerações Finais.....	21
5 - Referências Bibliográficas .....	23
6 - Anexos.....	24

## **Apresentação**

É com orgulho e satisfação que a Secretaria de Gestão e Planejamento, por meio do Instituto Mauro Borges, oferece à sociedade o presente estudo sobre atuação da agência de fomento “GoiásFomento” no período que se estende desde o início de suas atividades em 2000 até 2015.

O objetivo do trabalho é que a partir desse amplo diagnóstico a agência GoiásFomento detenha uma ferramenta para auxiliar o seu processo de planejamento estratégico, haja vista as falhas que existem no mercado de crédito no Brasil como um todo.

A publicação desse estudo também vai ao encontro dos anseios da população que cada vez se mostra mais participativa e busca maior transparência das ações do setor público. De acordo com Amartya Sen, prêmio Nobel em economia, a viabilidade da escolha social depende da ampliação da base informacional, dessa forma, a transparência deve ser considerada uma característica vital do Estado na promoção de uma democracia progressiva.

Para a realização da pesquisa, contamos com a inestimável ajuda da equipe da agência GoiásFomento, especialmente do diretor de prospecção de oportunidades de negócios Sérgio Duarte de Castro, co-idealizador do projeto. Não podemos deixar de agradecer a servidora Maria Giovane Oliveira da Luz que foi a coordenadora do projeto no âmbito da GoiásFomento. Também agradecemos ao servidor Paulo Paiva que sempre nos atendeu de forma muito solícita para esclarecer dúvidas sobre a base de dados. Por fim, deixamos nossos agradecimentos especiais aos estagiários Gabriel Veríssimo de Deus e Lillian Alves dos Santos Rios que contribuíram no tratamento dos dados. Não obstante, os possíveis erros e imperfeições são de inteira responsabilidade da equipe de elaboração.

Com este estudo, o IMB sente-se cumpridor de seu dever de contribuir para a investigação e o debate sobre as políticas públicas do setor público estadual de Goiás.

## 1 - Introdução

Existem dois consensos na literatura especializada sobre a importância do sistema financeiro. O primeiro trata o desenvolvimento e “bom funcionamento” do mercado financeiro como condicionante para o crescimento e desenvolvimento econômico. Diversos estudos teóricos e empíricos corroboram essa tese<sup>4</sup>. O segundo é o reconhecimento de que o setor financeiro é marcado pelo atributo da externalidade, isto é, capacidade de gerar impactos positivos e/ou negativos em outros setores (Hermann, 2011).

Um desdobramento do segundo consenso é a necessidade de algum tipo de intervenção estatal no setor financeiro. No entanto, o ponto de discordância entre os distintos matizes teóricos é justamente a forma adequada dessa intervenção. Sem aprofundar na discussão teórica sobre as distintas formas de intervenção do setor público no mercado financeiro, o trabalho ora proposto dedica-se especificamente a análise da atuação da agência de fomento “GoiásFomento” – Agência de Fomento de Goiás S/A.

A agência GoiásFomento trata-se de uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado jurisdicionada ao setor público estadual de Goiás. Criada em outubro de 1999 pela Lei Estadual nº 13.533, teve o início de suas atividades em maio de 2000. A sua forma de atuação é descrita no seu Estatuto Social da seguinte forma:

*A GoiásFomento é um instrumento de execução de políticas públicas de desenvolvimento do Estado de Goiás e tem por objetivo estimular os investimentos produtivos, em infraestrutura econômica e social, contribuindo para o crescimento sustentável por meio da prospecção de oportunidades de negócios, geração e manutenção de empregos e renda, modernização das estruturas produtivas, aumento da competitividade estadual e redução das desigualdades sociais e regionais. (Art. 3 do Estatuto Social da GoiásFomento – Agência de Fomento de Goiás S/A).*

Ao elencar diretrizes de atuação que visam tanto o crescimento e o desenvolvimento econômico, como também a redução das desigualdades sociais e regionais, a GoiásFomento se compromete com um alto grau de intervenção sobre a economia. Logo, se propõe a uma forma de atuação ativa e sistemática sobre o tecido econômico e social goiano.

Analisar os limites da atuação da agência GoiásFomento entre o período de 2000 e 2015 é importante para verificar se suas ações estão condizentes com os propósitos estabelecidos em seu estatuto social, como também verificar a necessidade de reformas, considerando as grandes transformações que o sistema financeiro nacional e a economia goiana apresentaram nas últimas décadas.

O trabalho está dividido em duas seções, além dessa introdução, das considerações finais e do anexo. Na primeira é feito um panorama geral das principais características do sistema financeiro nacional e da distribuição regional do crédito entre as regiões brasileiras. O objetivo principal dessa seção é contextualizar Goiás no sistema financeiro nacional. Na segunda seção é analisada a atuação da agência GoiásFomento propriamente dita.

---

<sup>4</sup> Uma amostra razoável desta literatura é comentada em (Hermann, 2003).

## 2 – Goiás no sistema financeiro nacional

Desde a década de 1990 uma série de estudos empíricos foram realizados para analisar o papel do sistema financeiro para explicar a configuração do território brasileiro. Os resultados apresentados confirmam o entendimento de que o sistema financeiro é um elemento fundamental a ser considerado na explicação das disparidades regionais e urbanas no Brasil. Alguns desses estudos são analisados nessa seção.

Os três principais elementos levantados por esses estudos que estão relacionados entre si e podem ser considerados entraves para o desenvolvimento econômico são: i) alto grau de preferência pela liquidez nas áreas menos desenvolvidas; ii) alto grau de exclusão financeiras da população, principalmente das regiões menos desenvolvidas; iii) elevado grau de centralização (hierarquização) do setor financeiro na região sudeste, e em menor medida na região sul.

O peso do setor bancário na região Sudeste é entre uma e meia e duas vezes maior comparativamente às demais regiões. Por outro lado, a participação relativa da região Sudeste na distribuição do crédito é mais do que cinco vezes maior do que o observado nas demais regiões. Esta comparação enfraquece o argumento de que a distribuição espacial do crédito seria um mero espelho da estrutura produtiva (Crocco, 2010).

Por meio da análise empírica da distribuição regional do crédito, Cavalcante *et al.* (2004) apresenta evidências que nas regiões menos desenvolvidas existe uma elevada preferência pela liquidez, tanto do público em geral, o que diminui a demanda por crédito, quanto dos bancos, ocasionando uma redução na oferta do mesmo. Crocco *et al.* (2005) também chega aos mesmos resultados sobre a distribuição do crédito entre as regiões brasileiras, porém avança ao demonstrar o fenômeno da centralidade do sistema financeiro nacional o qual indica como um elemento importante para demonstrar o desenvolvimento desigual das regiões brasileiras. O autor também mostra o impacto da política macroeconômica sobre a distribuição regional do crédito.

O trabalho de Crocco, Santos e Figueiredo (2010) aponta claramente para a existência de uma exclusão financeira com recortes regionais visíveis. Exclusão financeira é entendida como o processo onde as pessoas estão excluídas ou encontram dificuldades em suas práticas financeiras de forma que estejam impedidos de usufruir os benefícios dessas práticas. Tanto os indicadores de exclusão por acesso (não bancarização), quanto os de exclusão por serviço (sub-bancarização) sugerem que nas regiões menos desenvolvidas a intensidade desse fenômeno é superior à observada nas regiões mais desenvolvidas. O trabalho mostra que o sistema bancário é incapaz de atender o território de maneira equilibrada e coloca a exclusão financeira em um patamar similar ao de outras formas de exclusão. Outro resultado do trabalho é mostrar que a reforma bancária dos anos de 1990 contribuiu para o aprofundamento da exclusão financeira, principalmente nas regiões menos desenvolvidas.

Para Crocco, Santos e Figueiredo (2010) outro fator que reforça a exclusão financeira é o sistema bancário brasileiro ser caracterizado por bancos nacionais com agências espalhadas pelo país. Esse tipo de organização favorece a homogeneização dos produtos oferecidos pelos bancos. Produtos similares oferecidos em todo o território dificilmente se adaptam as

necessidades de cada região. Além do mais, tais produtos normalmente são padronizados tendo em vista o perfil socioeconômico das regiões mais desenvolvidas.

O estudo empírico de Crocco (2011) analisa a relação entre centralidade urbana e hierarquia do sistema financeiro brasileiro. O trabalho mostra que o funcionamento do sistema financeiro não é indiferente ao processo de construção tanto das cidades e de seu núcleo urbano, como também do processo de hierarquização urbana resultante desse processo. Logo, a possibilidade de um sistema financeiro desempenhar papel ativo no desenvolvimento de uma região e/ou cidade está diretamente relacionada com o grau de centralidade desta região.

Por fim, Nogueira *et al.* (2014) por meio do método de cluster e painel dinâmico analisa também a relação entre centralidade e distribuição municipal do crédito bancário. Os resultados apontam para elevado grau de hierarquização do sistema bancário em que 98% dos municípios apresentam um sistema bancário subdesenvolvido. Os autores afirmam que as estratégias para concessão de créditos pelos bancos são feitas de acordo com o grau de centralidade de cada município.

Esses trabalhos empíricos classificam o estado de Goiás numa situação marginal em relação à hierarquização do sistema financeiro. Goiás encontra-se numa situação um pouco mais favorável que a maioria dos estados da região Norte e Nordeste, porém, pior do que os estados da região Sul e Sudeste. De acordo com Freitas e Paula (2010), a participação relativa de Goiás no crédito total do Brasil é inferior a participação do estado no produto agregado nacional.

O principal objetivo do estudo é analisar os limites da atuação da agência GoiásFomento de acordo com as diretrizes estabelecidas no seu Estatuto Social, ou seja, analisar sua capacidade de estímulo ao crescimento e desenvolvimento econômico, como também sua contribuição para a redução das desigualdades sociais e regionais. Evidente que essa análise considera o contexto do sistema financeiro nacional, marcado pela desigualdade no ponto de vista regional; e sua condição hierarquizada e centralizada do ponto de vista urbano.

### **3 – Atuação da agência GoiásFomento**

A análise da atuação da agência GoiásFomento entre 2000 e 2015 é feita em três perspectivas. Na primeira, os créditos são analisados de forma macroeconômica, de modo a priorizar os agregados, como o volume total de crédito ofertado, a quantidade de contratos firmados, o volume e a quantidade de contratos das principais modalidades de créditos e os setores econômicos beneficiados. Na segunda perspectiva é feita uma análise microeconômica, com foco nos contratos e em seus tomadores. Nessa ótica são examinados a grandeza de valor dos contratos firmados, o prazo desses contratos e o porte ou rendimento de seus tomadores. Por fim, por meio da análise da distribuição regional do crédito e das fontes de recursos, acompanhados dos resultados das seções anteriores, são feitas algumas considerações sobre o impacto da agência GoiásFomento sobre o sistema financeiro e o PIB de Goiás.

#### **3.1 - Análise macroeconômica dos créditos da GoiásFomento**

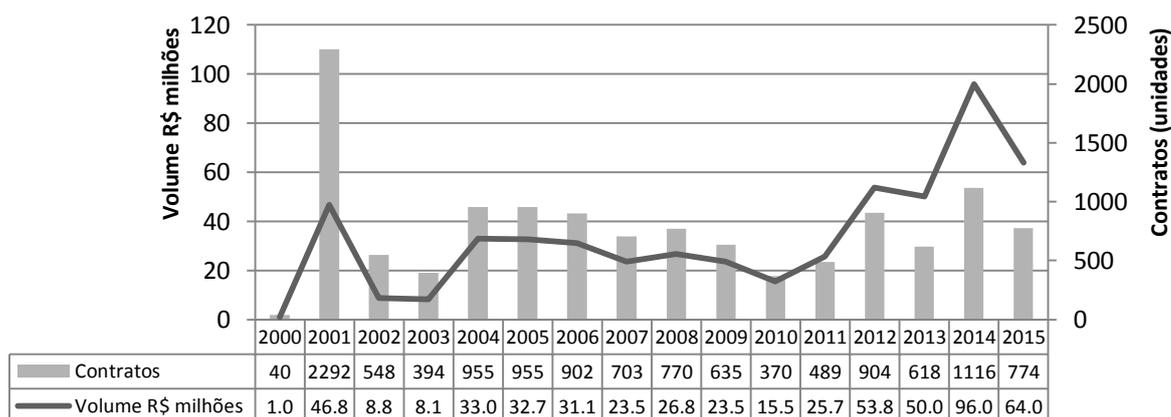
O volume agregado de crédito ofertado pela agência GoiásFomento entre 2000 e 2015 apresentou dois comportamentos distintos. No período entre 2000 e 2011, o volume de crédito ofertado teve uma trajetória relativamente estável, com uma carteira de financiamento média

de R\$23 milhões anuais. Embora se apresente uma dinâmica errática, principalmente no primeiro quadriênio, não houve períodos de crescimento sustentado do volume de crédito nesse período (Gráfico 1 e Tabela 1)

Comportamento distinto ocorreu a partir de 2012, quando houve uma mudança de patamar no volume do crédito ofertado. Impulsionado por recursos provenientes de repasses de outras esferas da federação, o volume de crédito médio anual do quadriênio 2012-2015 elevou-se para um patamar médio anual de R\$ 68 milhões, patamar superior ao do período anterior (2000-2011).

O número de contratos firmados pela agência apresenta comportamento semelhante ao volume de crédito ofertado. O Coeficiente de Correlação de Pearson em relação ao volume de crédito e do número de contrato firmados mostra que as duas variáveis possuem uma associação positiva de 52,3%, que ponderada a natureza das duas variáveis, mostra que existe um alto grau de associação, ou seja, elevam-se em proporções semelhantes.

**Gráfico 1 – Volume de crédito total e quantidade de contratos da GoiásFomento entre 2000 e 2015 (volume em R\$ milhões constantes de 2015 – quantidade de contratos em unidades)**



Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Nota: Valores atualizados pelo IPCA de 2015

Outra maneira de examinar as linhas de crédito oferecidas pela agência GoiásFomento é por meio da análise das modalidades de crédito. Por essa ótica, os créditos podem ser desagregados em investimento, capital de giro e outros financiamentos. A categoria investimento é a mais importante do ponto de vista do crescimento/desenvolvimento econômico, pois são créditos destinados à ampliação da capacidade produtiva, dessa forma, impactam diretamente o produto agregado. Os créditos podem ser destinados ao capital de giro, ou seja, operações utilizadas para dar continuidade às operações das empresas, como recursos para financiamentos a clientes (nas vendas a prazo), recursos para manter estoques e para pagamento de fornecedores. Por fim, na categoria “Outros financiamentos” foram agregadas as modalidades que contemplavam tanto investimento, quanto capital de giro de forma conjunta, logo, trata-se de uma modalidade mista de crédito.

Ao analisar a dinâmica temporal dessas modalidades de crédito pela Tabela 1 é possível verificar que na agência, no seu primeiro triênio (2000-2002), a ênfase foi dada à modalidade de crédito destinada ao investimento, valores que tomaram praticamente a integralidade dos créditos concedidos. Os créditos destinados a capital de giro foram meramente residuais nesse período.

Entretanto, a partir de 2004 a situação se inverte. A modalidade capital de giro predominou sobre a maior parte do crédito ofertado até 2011. Nesse período de oito anos, a média de participação do capital de giro nos créditos agregados foi de 91,2% do total do crédito ofertado pela GoiásFomento. Apenas em 2012 os créditos destinados ao investimento voltaram a ganhar destaque, chegando a participação máxima de 48,3% sobre o total de créditos ofertados em 2014. Esse aumento do crédito para investimento ocorre ao mesmo tempo em que as fontes de recursos provindas de repasses de outras esferas federativas ganham força, como será analisado com mais detalhes adiante.

Por fim, cabe ressaltar que os valores destinados à modalidade capital de giro foram no total 70% maior que os valores aplicados em investimentos. Enquanto que os valores da primeira modalidade alcançaram R\$ 328,9 milhões, a segunda alcançou R\$ 193,3 milhões entre 2000 e 2015.

**Tabela 1 - Crédito ofertado pela agência GoiásFomento por modalidade entre 2000 e 2015**  
(Valores em R\$ milhões e constantes de 2015)

	Investimento		Capital de giro		Outros financiamentos		Total	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
2000	1,02	100	-	-	-	-	1,02	100
2001	46,71	99,9	0,05	0,1	-	-	46,76	100
2002	8,72	98,8	0,10	1,2	-	-	8,83	100
2003	0,43	5,3	7,67	94,7	-	-	8,10	100
2004	2,33	7,1	30,62	92,9	-	-	32,95	100
2005	3,04	9,3	29,67	90,7	-	-	32,70	100
2006	3,07	9,9	28,03	90,1	-	-	31,10	100
2007	0,70	3,0	22,83	97,0	-	-	23,53	100
2008	2,60	9,7	24,23	90,3	-	-	26,83	100
2009	1,83	7,8	21,51	91,7	0,11	0,47	23,46	100
2010	0,95	6,2	14,13	91,1	0,42	2,74	15,51	100
2011	4,65	18,1	21,00	81,9	-	-	25,65	100
2012	22,98	42,7	30,81	57,3	-	-	53,79	100
2013	25,30	50,6	23,91	47,8	0,77	1,55	49,99	100
2014	46,40	48,3	46,99	48,9	2,64	2,75	96,03	100
2015	22,57	35,3	27,42	42,9	13,97	21,85	63,96	100
<b>Total</b>	<b>193,30</b>	<b>35,8</b>	<b>328,97</b>	<b>60,9</b>	<b>17,93</b>	<b>3,32</b>	<b>540,20</b>	<b>100</b>

Fonte: Agência GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Nota: Valores atualizados pelo IPCA de 2015

A maior participação no volume de crédito da modalidade capital de giro em relação a de investimento opõe-se as recomendações das teorias econômicas que preconizam a atuação do setor público no mercado financeiro. De acordo com (Hermann, 2011), a atuação pública no mercado financeiro deve ser direcionada para o investimento de longo prazo em setores

estratégicos que eventualmente ou regularmente são preteridos pelo mercado privado. Essas recomendações não coadunam com operações de capital de giro. Entretanto, como demonstrado nos estudos empíricos acima, a alta escassez de crédito e o alto grau de exclusão financeira (principalmente dos extratos de menor renda), a atuação da Goiás Fomento pode estar sendo conduzida a cumprir um papel que deveria ser feito pelo mercado privado de crédito. Evidentemente, são necessários mais elementos para elucidar essa hipótese.

O número de contratos firmados pela Goiás fomento por modalidade de crédito também apresenta o mesmo comportamento do volume de crédito liberado. Verifica-se que no primeiro triênio (2000-2002) os contratos firmados foram direcionados predominantemente aos investimentos. No entanto, a partir de 2003 essa tendência se reverte abruptamente, tornando o capital de giro a principal modalidade de crédito. Apenas em 2012 os investimentos novamente voltam a desempenhar certa relevância, mesmo assim de forma secundária ao capital de giro (Tabela 2).

**Tabela 2 - Quantidade de contratos firmados pela agência Goiás Fomento por modalidade de crédito entre 2000 e 2015**

	Investimento		Capital de giro		Outros financiamentos		Total	
	Contratos	%	Contratos	%	Contratos	%	Contratos	%
2000	40	100		0	0	0	40	100
2001	2.290	99,9	2	0,1	0	0	2.292	100
2002	540	98,5	8	1,5	0	0	548	100
2003	26	6,6	368	93,4	0	0	394	100
2004	69	7,2	886	92,8	0	0	955	100
2005	58	6,1	897	93,9	0	0	955	100
2006	57	6,3	845	93,7	0	0	902	100
2007	17	2,4	686	97,6	0	0	703	100
2008	39	5,1	731	94,9	0	0	770	100
2009	21	3,3	611	96,2	3	0,5	635	100
2010	9	2,4	358	96,8	3	0,8	370	100
2011	44	9,0	445	91,0	0	0,0	489	100
2012	209	23,1	695	76,9	0	0,0	904	100
2013	122	19,7	491	79,4	5	0,8	618	100
2014	357	32,0	747	66,9	12	1,1	1.116	100
2015	223	28,8	527	68,1	24	3,1	774	100
<b>Total</b>	<b>4.121</b>	<b>33,1</b>	<b>8.297</b>	<b>66,6</b>	<b>47</b>	<b>0,4</b>	<b>12.465</b>	<b>100</b>

Fonte: Agência Goiás Fomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Exceto o ano de 2001 em que o número de contratos para investimento apresenta-se alto, com 2.290 contratos firmados, a tendência ao longo da série foi de números baixos de contratos nessa categoria, quando comparados com o número de contratos de capital de giro. O período entre 2003 e 2011 a quantidade de contratos para investimento teve média anual de 37,7 contratos anuais, enquanto que no mesmo período a média de contratos firmados destinados ao capital de giro foi de 652,2 contratos anuais. No período entre 2003 e 2011 os contratos de capital de giro representaram quase a totalidade dos contratos firmados pela Goiás Fomento.

Mesmo após 2012, quando os créditos destinados ao investimento voltam a ganhar destaque, o número de contratos de capital de giro ainda se mantém em patamares superiores ao número de contratos de investimentos. Enquanto que entre 2012 e 2015 a quantidade de contratos ao investimento totalizaram 991 contratos, os de capital de giro atingiram 2.460 contratos.

Quando se analisa todo o período, observa-se a predominância dos contratos destinados ao capital de giro em relação as demais modalidades de crédito. Enquanto que essa modalidade foi responsável por 8.297 contratos entre 2000-2015, as demais somadas foram responsáveis por 4.168 contratos.

Ao analisar a distribuição do crédito da GoiásFomento por setores econômicos, verifica-se que o setor de serviços é o mais beneficiado, seguido da indústria e, por fim, o setor agropecuário. O setor de serviços absorveu 68,2% de todo o crédito oferecido pela agência, o que correspondeu ao valor de R\$ 368,62 milhões entre 2000 e 2015. Quando se decompõe o setor de serviços em comércio e os demais serviços como “outros serviços”, como no Gráfico 2 abaixo, fica evidenciado a preponderância do comércio sobre o total de crédito concedido.

O setor de serviços não é apenas o maior beneficiado em volume de crédito, mas também em número de contratos firmados. O setor é responsável por 9.526 contratos do total de 12.465 contratos firmados entre 2000 e 2015, ou seja, representa 76,4% de todos os contratos firmados pela GoiásFomento. Sendo que apenas a atividade de comércio é responsável por 7.324 contratos, ou seja, 58,7% do total dos contratos firmados. Os dados sobre o volume de crédito e contratos por setor estão detalhados anualmente nos Anexos 1 e 2.

O segundo setor mais beneficiado pelos créditos da GoiásFomento foi o setor industrial com o valor de R\$ 123,24 milhões entre 2000 e 2015, o que corresponde a 22,8% do total do crédito ofertado. Em relação ao número de contratos, foram firmados 1.961 que representam 15,7% do total dos contratos firmados. Dentre as atividades do setor industrial, a mais beneficiada foi a indústria de transformação que absorveu R\$ 105,14 milhões em crédito por meio de 1.784 contratos firmados.

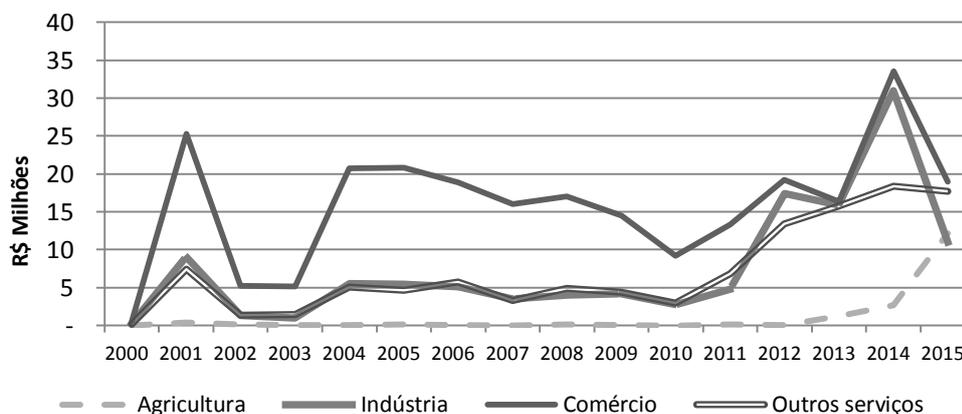
O setor agropecuário é o menos beneficiado pelos créditos da agência GoiásFomento. O setor recebeu apenas R\$ 17,26 milhões entre 2000 e 2015, representados por 80 contratos firmados. É importante ressaltar que na base de dados da instituição não consta o setor econômico de 898 contratos que totalizam R\$ 31,09 milhões.

Pode-se inferir que a distribuição dos créditos por setor está relacionada com a grandeza dos valores dos contratos assinados. Como até 2011 os contratos assinados eram de valores reduzidos, atendeu de forma mais significativa o setor de comércio. Segundo Freitas (2009), o setor comercial, de modo geral, é uma atividade trabalho-intensivo, logo, é menos dependente de capital físico do que os demais setores econômicos, o que torna menores os valores das suas necessidades de financiamento.

No entanto, à medida que se ampliou o volume de crédito ofertado a partir de 2012 e os contratos também passaram a ter maior valor, outros setores como a indústria, outros serviços e agricultura, aumentaram sua participação no total dos créditos ofertados, como pode ser verificado no Gráfico 2. Embora necessite de uma análise mais aprofundada sobre o tema,

existem indícios claros que o aumento do valor dos contratos foi uma importante iniciativa para que outros setores da economia goiana passassem a solicitar empréstimos à GoiásFomento.

**Gráfico 2 - Distribuição do crédito da GoiásFomento por setor entre 2000 e 2015  
(Valores constantes de 2015 - Em R\$ milhões)**



Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Nota: Valores atualizados pelo IPCA 2015

### 3.2 - Análise microeconômica dos créditos da GoiásFomento

Após a análise agregada do volume total de crédito ofertado, o foco da investigação será direcionado ao nível micro, ou seja, ao porte ou grandeza de valor dos contratos firmados, ao prazo dos contratos e as características dos tomadores dos créditos ofertados. Na Tabela 3 estão sumarizadas as principais características das operações de crédito da GoiásFomento. Nela estão contidas a média, o desvio padrão, mediana, o valor máximo e mínimo dos contratos efetivados, sendo que todas as informações distribuídas anualmente.

As operações da GoiásFomento podem ser divididas em três períodos de acordo com a escala de valor dos contratos firmados. O primeiro foi o período 2000-2003, caracterizado por operações de micro e pequeno porte, com valores inferiores a cem mil reais. O segundo período, 2004-2011, são apresentadas operações de médio porte, com valores superiores a 100 mil reais. E por fim, o período 2012-2015, em que já se observa operações de grande porte, com valores superiores a 1 (um) milhão de reais. Apesar da evolução dos contratos em relação aos valores, é importante ressaltar que as operações predominantes em todo o período 2000-2015 são as de micro e pequeno porte. Os dados sobre a média e a mediana dos valores dos empréstimos em todo o período confirmam essa proposição.

O primeiro quadriênio analisado (2000-2003) é caracterizado por operações de micro e pequeno porte, com médias anuais que variam entre R\$ 16,1 mil e R\$ 25,5 mil. A dispersão do valor dos contratos em relação à média é relativamente baixa em comparação aos períodos posteriores, com valores entre R\$ 6,4 mil e R\$ 16 mil. Outro dado que denota o baixo valor dos contratos firmados é a mediana que esteve entre R\$ 15,3 mil e R\$ 24,1 mil. Nesse período a operação efetuada de maior valor foi de R\$ 79,6 mil.

O período 2004-2011 é caracterizado pela existência de operações de valores superiores a R\$ 100 mil, consideradas de porte médio. Foram constatadas operações de até R\$ 671,8 mil. Verifica-se que a média e a mediana das operações elevaram-se no período, o que indica um aumento do valor das operações de um modo geral. No entanto, a elevação concomitante do desvio padrão e a permanência da média em valores inferiores a R\$ 100 mil, demonstram que as operações de porte médio foram realizadas em menor quantidade.

**Tabela 3 – Estatísticas descritivas dos contratos da GoiásFomento entre 2000 e 2015 (Valores em R\$ - constantes de 2015)**

	<b>Média</b>	<b>Desvio padrão</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>	<b>Mínimo</b>
2000	25.516	11.799	15.333	40.887	12.777
2001	20.401	9.736	24.115	38.584	4.823
2002	16.106	6.484	17.918	34.043	4.479
2003	20.563	16.072	15.922	79.612	3.981
2004	34.503	23.415	28.225	109.258	3.249
2005	34.245	28.356	30.462	546.627	3.385
2006	34.474	23.702	32.025	160.123	3.202
2007	33.469	22.395	31.050	299.149	3.105
2008	34.843	24.132	29.724	371.550	2.972
2009	36.940	38.390	28.068	671.896	2.807
2010	41.911	38.468	31.281	340.121	2.691
2011	52.455	62.344	31.758	633.981	3.176
2012	59.500	127.890	21.887	1.192.804	2.386
2013	80.885	202.220	27.970	2.053.166	2.592
2014	86.048	251.566	31.923	4.256.400	2.660
2015	82.638	169.488	30.964	1.596.300	4.000
<b>Total</b>	<b>43.337</b>	<b>108.164</b>	<b>24.115</b>	<b>4.256.400</b>	<b>2.386</b>

Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Ocorreu outro salto em termos de valores dos contratos no quadriênio 2012-2015. Foram identificadas operações superiores a R\$ 1 milhão de reais, chegando ao valor máximo de R\$ 4,25 milhões em 2014. Embora a média das operações tenha aumentado consideravelmente, a mediana se manteve no mesmo patamar do período 2004-2011. Além do mais, o desvio padrão aumentou numa proporção ainda maior que a média. Logo, esses dados, conjuntamente, indicam que apesar da existência de operações de grande porte, ainda prevalecem na GoiásFomento operações de menor porte.

De modo geral, apesar dos saltos que sucederam entre 2000-2015 em relação aos valores dos contratos, é possível afirmar que ainda predominaram os contratos de micro e pequeno porte entre os contratos da GoiásFomento em todo o período analisado. A média total dos contratos foi de R\$ 43,3 mil com o desvio padrão de R\$ 108,1 mil, isto é, uma média relativamente baixa com uma elevada dispersão. Outro dado que indica a predominância das operações de micro e pequeno porte é a mediana que entre 2000 e 2015 foi de R\$ 24,1 mil.

A literatura econômica considera como papel das instituições financeiras de desenvolvimento dar ênfase aos financiamentos de longo prazo. Porém, essa literatura não tem uma definição exata para os prazos de financiamento. Normalmente, o financiamento de longo prazo é associado a projetos de investimento que envolve grandes valores, de longa maturação e alto risco, logo, é razoável supor que tenham prazos superiores a cinco anos. Por outro lado, os

créditos cujos prazos são inferiores a um ano normalmente configuram a modalidade curto prazo. No intervalo de 1 a 5 anos, considerados contratos de médio prazo, podem englobar tanto financiamento a investimentos com prazo de maturação menores, tais como aquisição de máquinas e equipamentos; ou outras modalidades de crédito como capital de giro e crédito à exportação.

Ao analisar a distribuição dos contratos da GoiásFomento de acordo com o prazo pela Tabela 4, é possível afirmar que a maior parte é composta por operações cujos prazos são superiores a um ano. A categoria de 1 a 2 anos deteve 65,1% de todos os contratos firmados entre 2000 e 2015, oscilando anualmente entre 32% a 97,4%. Após 2007 apresenta certa estabilização em torno de 50%. Em segundo lugar a categoria de empréstimos de 2 a 5 anos deteve 29,6% do total dos contratos firmados entre 2000 e 2015. No entanto, os contratos com esse prazo tiveram alto crescimento a partir de 2006 e desde 2007 apresentam praticamente a mesma participação anual do que os empréstimos de prazo de 1 a 2 anos. Os contratos com prazo de até 1 ano e com prazo superiores a 5 anos apresentam relativamente pouca participação no total dos contratos firmados entre 2000 e 2015, com 4,4% e 0,9%, respectivamente.

De modo geral, houve um alargamento dos prazos dos contratos da GoiásFomento a partir de 2007 e crescimento significativo dos empréstimos com prazo superiores a dois anos, contrastando com o período anterior, em que os contratos eram predominantemente com prazos inferiores a 2 anos. A partir de 2008, observa-se pela primeira vez a participação de contratos com prazos superiores a 5 anos, ainda que em pequena quantidade.

**Tabela 4- Distribuição do crédito da GoiásFomento por prazo - 2000-2015**

	Até 1 ano		1 a 2 anos		2 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total	
	Contratos	%	Contratos	%	Contratos	%	Contratos	%	Contratos	%
2000	2	5,0	20	50,0	18	45,0	0	0,0	40	100
2001	3	0,1	1.831	79,9	458	20,0	0	0,0	2.292	100
2002	14	2,6	534	97,4	0	0,0	0	0,0	548	100
2003	267	67,8	126	32,0	1	0,3	0	0,0	394	100
2004	9	0,9	879	92,0	67	7,0	0	0,0	955	100
2005	8	0,8	889	93,1	58	6,1	0	0,0	955	100
2006	15	1,7	666	73,8	221	24,5	0	0,0	902	100
2007	14	2,0	371	52,8	318	45,2	0	0,0	703	100
2008	8	1,0	378	49,1	383	49,7	1	0,1	770	100
2009	13	2,0	351	55,3	269	42,4	2	0,3	635	100
2010	8	2,2	147	39,7	213	57,6	2	0,5	370	100
2011	3	0,6	235	48,1	244	49,9	7	1,4	489	100
2012	63	7,0	490	54,2	335	37,1	16	1,8	904	100
2013	23	3,7	333	53,9	235	38,0	27	4,4	618	100
2014	44	3,9	531	47,6	503	45,1	38	3,4	1.116	100
2015	56	7,2	337	43,5	365	47,2	16	2,1	774	100
<b>Total</b>	<b>550</b>	<b>4,4</b>	<b>8.118</b>	<b>65,1</b>	<b>3.688</b>	<b>29,6</b>	<b>109</b>	<b>0,9</b>	<b>12.465</b>	<b>100</b>

Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos

Nota: Valores atualizados pelo IPCA 2015

Embora apenas uma pequena parcela das operações da GoiásFomento se caracterize como operações de longo prazo, suas operações ainda assim possuem prazos mais longos que o

sistema nacional de crédito em geral. Como fica constatado por Araújo *et al.* (2011), 61% da carteira de crédito dos cinco maiores bancos privados do país possuem prazos inferiores a um ano. Nos bancos públicos que recebem depósito à vista, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil essa proporção é de 45%. Enquanto que apenas de 4,4% das operações da GoiásFomento entre 2000 e 2015 foram inferiores a um ano.

A principal explicação para os créditos da GoiásFomento não serem de longo prazo, ou seja, com prazos superiores a cinco anos é porque tratam-se de operações voltadas predominantemente para o financiamento de micro e pequenas empresas, cujas operações são inerentemente mais curtas do que as realizadas por grandes empresas. De todo o modo, o simples fato de sua carteira de crédito apresentar prazos mais longos que o sistema nacional de crédito é um sinal da importância da instituição. Embora essas operações não configurem como investimento no sentido convencional do termo, são créditos voltados a ações empreendedoras e que, portanto, são capazes de gerar emprego e renda.

Quando se analisa a destinação dos créditos da agência GoiásFomento segundo o sujeito de direito, ou seja, pessoa física ou jurídica, verifica-se que quase a totalidade do crédito foi destinada a pessoa jurídica, sobretudo às microempresas entre 2000 e 2015. As empresas desse porte foram beneficiadas por R\$ 276 milhões, isto é, 51,1% de todo o crédito ofertado. O número de contratos firmados foi de 9.456 contratos, o que representa 75,9% do total dos contratos firmados pela agência entre 2000 e 2015. Em segundo lugar, vieram as empresas de pequeno porte, beneficiadas com R\$ 170,93 milhões, ou seja, 31,6% do volume de crédito ofertado, representados por 2.197 contratos que, por sua vez, representam 17,6% dos contratos firmados pela agência no período. Logo, apenas essas duas categorias de empresas representam 82,7% de todo o crédito ofertado e 93,5% de todos os contratos firmados pela GoiásFomento entre 2000 e 2015. O restante do crédito ofertado é distribuído para médias e grandes empresas e pessoas físicas, tais como trabalhadores autônomos e profissionais liberais (Tabela 5).

Entretanto, ao analisar o comportamento das linhas de crédito ao longo do tempo, observa-se uma mudança na dinâmica do direcionamento dos créditos. De acordo com os Anexos 3 e 4, é possível verificar que as empresas de porte micro vão reduzindo sua importância ao longo do tempo, tanto em termos de volume de crédito, como em quantidade de contratos firmados, em detrimento, principalmente, das empresas de pequeno e médio porte que ganham relevância, sobretudo as empresas de pequeno porte.

Essa mudança fica mais perceptível a partir de 2012, quando o volume de crédito a pequenas e médias empresas passa a representar a 66,8% do crédito ofertado, frente a 25,2% das microempresas. Embora não tenham a mesma relevância em número de contratos firmados, evidencia-se na Tabela 5 uma mudança de patamar no número de contratos firmados de pequenas e médias empresas.

A partir de 2011 a agência GoiásFomento começa a oferecer crédito para pessoas físicas que são representadas, principalmente, por trabalhadores autônomos e profissionais liberais. Apesar de ainda representar uma pequena parcela do volume de créditos ofertado e número de contratos firmados, verifica-se um significativo aumento nessas categorias a partir de 2012, principalmente para as pessoas físicas com faixas de renda entre 5 e 10 salários mínimos, que representaram 14,1% dos créditos ofertados em 2015 (Anexo 3 e 4).

**Tabela 5 - Crédito ofertado GoiásFomento segundo o sujeito de direito (Pessoa física ou jurídica) e faturamento (porte ou rendimentos) entre 2000 e 2015 (Valores em R\$ milhões e constantes de 2015)**

Sujeito de direito	Porte ou rendimentos	Volume de crédito		Número de contratos	
		R\$ milhões	%	Quantidade	%
Pessoa Jurídica	Micro	276,00	51,1	9.456	75,9
	Pequeno	170,93	31,6	2.197	17,6
	Médio	56,98	10,5	202	1,6
	Grande	4,00	0,7	162	1,3
Pessoa Física	Sem rendimento	0,99	0,2	15	0,1
	Até 1 salário mínimo	3,38	0,6	26	0,2
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	0,38	0,1	3	0,0
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	2,88	0,5	76	0,6
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	1,45	0,3	35	0,3
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	17,93	3,3	247	2,0
	Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,42	0,4	12	0,1
	Acima de 20 salários mínimos	2,45	0,5	20	0,2
	Sem identificação	0,42	0,1	14	0,1
<b>Total</b>		<b>540,20</b>	<b>100</b>	<b>12.465</b>	<b>100</b>

Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos

Nota: Valores atualizados pelo IPCA 2015

### 3.3 - Crescimento, Desigualdade e Fontes de Financiamento

Nessa seção são investigados, basicamente, a distribuição regional do crédito da GoiásFomento e a estrutura do *fundings* ou as fontes de recursos da GoiásFomento. Por meio da análise desses dois indicadores, conjuntamente com os demais das duas subseções anteriores são feitas algumas considerações sobre o impacto da agência GoiásFomento sobre o sistema financeiro e o PIB goiano.

A distribuição regional do crédito da GoiásFomento é mostrada na Tabela 6 abaixo. Para facilitar a disposição dos dados, os municípios foram agrupados de acordo com as microrregiões definidas pelo IBGE. À primeira vista, a característica mais importante identificada é o elevado grau de concentração dessa distribuição. A participação relativa das microrregiões de Goiânia e Anápolis representam conjuntamente 57,7% do volume de crédito ofertado e 55,2% dos contratos firmados. Logo, pode-se afirmar que os 37 municípios que compõem essas duas regiões microrregiões concentram a maior parte dos créditos ofertados pela GoiásFomento.

No entanto, pode se afirmar que esse elevado grau de concentração nas microrregiões de Goiânia e Anápolis apenas segue o peso econômico de cada uma dessas microrregiões. De fato, é esperado que a maior parcela da distribuição do crédito esteja alocada em regiões que possuam maior peso no PIB de Goiás, tendo em vista a maior demanda de crédito nessas regiões.

Para clarear essa discussão e analisá-la de modo mais adequado foi construído um indicador denominado Quociente Regional do Crédito - QRC (Crocco, 2010). A metodologia aplicada ao QRC é uma adaptação do conhecido “quociente locacional”, amplamente utilizado na literatura de economia regional para determinar a existência ou não de especialização produtiva em uma região específica. O QRC é definido pela de acordo com a equação abaixo.

$$QRC_i = \frac{\frac{CRED_i}{CREED_{go}}}{\frac{PIB_i}{PIB_{go}}}$$

Onde:

$QRC_i$  = quociente regional de crédito da microrregião i;

$CRED_i$  = crédito da GoiásFomento para a microrregião i

$CREED_{go}$  = crédito total da agência GoiásFomento

$PIB_i$  = PIB da microrregião i

$PIB_{go}$  = PIB de Goiás

Esse indicador compara a participação do município no total de crédito concedido pela agência GoiásFomento. Dessa forma, quando o quociente é igual a 1 (um), indica que a proporção de crédito aplicado na microrregião é idêntica à proporção do PIB que a mesma gera. Já quando é diferente e maior que 1 (um), a microrregião estaria tendo participação na distribuição do crédito superior à sua participação na distribuição do PIB. Já quando o QRC é menor que 1 (um) a região estaria tendo uma participação na distribuição do crédito menor que sua participação na distribuição do PIB.

O resultado do QRC para o crédito da GoiásFomento entre 2000 e 2013 é mostrado na Tabela 6 abaixo. Não foi possível analisar até 2015 devido à indisponibilidade de informações sobre o PIB municipal que é publicado com dois anos de defasagem. De modo geral, o QRC demonstra que o crédito da GoiásFomento apresentou uma distribuição relativamente equilibrada entre as microrregiões, ou seja, proporcionais à participação de seus respectivos produtos agregados. Onze das dezoito microrregiões apresentaram valor superior a 1 (um). Apenas sete microrregiões apresentaram valores menores que 1 (um).

Apesar da microrregião de Anápolis, região de elevado PIB, apresentar participação na distribuição de crédito 3,22 vezes superior à sua participação no PIB, regiões de baixo desenvolvimento da região norte do estado, como Chapada dos Veadeiros e Porangatu também receberam aportes superiores a sua participação no PIB estadual, 1,13 e 1,97, respectivamente. Por outro lado, outras regiões desenvolvidas, como as microrregiões de Catalão e Sudoeste, apresentaram as menores participações no crédito da GoiásFomento, bem inferiores a sua participação no PIB, 0,43 e 0,50, respectivamente.

Esses resultados indicam que a distribuição dos créditos da GoiásFomento tem sido na direção de não aumentar as desigualdades regionais. O que contrasta com os resultados das análises empíricas feitas para sistema financeiro nacional como um todo, que demonstram alto

grau de concentração do ponto de vista regional e alto grau de centralidade do ponto de vista urbano (Nogueira *et al.*, 2014; Teixeira *et al.*, 2011).

**Tabela 6 - Distribuição regional do crédito da GoiásFomento por volume e por número de contratos entre 2000 e 2015**

<b>Microrregiões</b>	<b>R\$ milhões</b>	<b>%</b>	<b>Contratos</b>	<b>%</b>	<b>QRC</b>
Anápolis	74,88	13,9	1.482	11,9	3,22
Anicuns	8,84	1,6	251	2	0,91
Aragarças	1,62	0,3	64	0,5	0,74
Catalão	12,87	2,4	292	2,3	0,43
Ceres	20,5	3,8	603	4,8	1,14
Chapada dos Veadeiros	2,01	0,4	64	0,5	1,13
Entorno de Brasília	26,52	4,9	652	5,2	0,69
Goiânia	236,44	43,8	5.393	43,3	1,53
Iporá	3,65	0,7	110	0,9	1,29
Meia ponte	40,19	7,4	1.110	8,9	1,05
Pires do Rio	5,68	1,1	153	1,2	1,29
Porangatu	23,69	4,4	530	4,3	1,97
Quirinópolis	8,31	1,5	272	2,2	0,93
Rio vermelho	4,71	0,9	141	1,1	0,85
São Miguel do Araguaia	5,53	1	110	0,9	1,02
Sudoeste de Goiás	48,98	9,1	893	7,2	0,5
Vale do Rio dos Bois	7,47	1,4	168	1,3	1,36
Vão do Paranã	7,28	1,3	162	1,3	1,72
Sem identificação	1,01	0,2	10	0,1	-
<b>Total</b>	<b>540,2</b>	<b>100</b>	<b>12.460</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Em relação à estrutura do *funding*, os recursos próprios e os recursos provenientes de repasses<sup>5</sup> de outras instituições oficiais são as principais fontes de recursos da GoiásFomento. É necessário considerar as restrições de uma agência de fomento em relação suas operações passivas. De acordo com a legislação vigente, ficam impedidas as agências de fomento de realizarem operações de depósito a prazo, empréstimos externos, emissão de títulos e etc. Operações essas importantes para aumento da estrutura do *funding* de instituições financeiras de desenvolvimento.

Os dados da Tabela 7 abaixo mostram que, de modo geral, a maior parcela das operações de crédito da GoiásFomento foi financiada por fontes de recursos próprias. No total agregado do período 2000-2015, 77,1% das operações foram financiadas por essa fonte de recursos. Entre o início de suas operações em 2000 até 2010, mais de 90% das operações anuais eram providas por fontes próprias de recursos. Em 2011 e 2012 os patamares ainda foram superiores a 80%. Somente após 2013 é que a participação dessa fonte de recursos reduziu-se de forma mais acentuada.

<sup>5</sup> Os recursos de repasses oficiais são providos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), FCO (Fundo Constitucional do Centro Oeste) e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). A evolução anual de cada uma dessas fontes de recursos é apresentada no Anexo 5.

Os repasses oficiais de recursos do BNDES e do FCO foram determinantes para a mudança de patamar no volume de crédito ofertado pela GoiásFomento de 2011 para 2012. Verifica-se na Tabela 7 que os valores de repasses oficiais a partir de 2009 apresentaram crescimento sustentado, ganhando escala a partir de 2012. Por outro lado, as fontes de recursos próprias apresentaram uma trajetória *stop and go*, com períodos de elevação e períodos de queda. No entanto, o ano de 2015 é o único que a participação das fontes de recursos próprias foi menor (17,5%) que a de repasses oficiais (82,5%).

**Tabela 7 - Fontes de recursos da GoiásFomento entre 2000 e 2015 (Em R\$ milhões e valores constantes de 2015)**

	Recursos próprios		Repasses oficiais		Total	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
2000	1,07	100,0	0,00	0,0	1,07	100
2001	47,37	98,6	0,70	1,4	48,06	100
2002	8,04	92,6	0,64	7,4	8,68	100
2003	8,20	100,0	0,00	0,0	8,20	100
2004	33,89	100,0	0,00	0,0	33,89	100
2005	34,25	100,0	0,00	0,0	34,25	100
2006	32,87	98,5	0,50	1,5	33,37	100
2007	24,36	97,7	0,57	2,3	24,93	100
2008	27,54	98,2	0,50	1,8	28,04	100
2009	23,41	94,1	1,48	5,9	24,89	100
2010	14,64	90,3	1,57	9,7	16,20	100
2011	22,65	85,0	4,01	15,0	26,65	100
2012	46,03	81,8	10,22	18,2	56,24	100
2013	32,45	62,1	19,78	37,9	52,23	100
2014	64,03	64,1	35,84	35,9	99,88	100
2015	11,17	17,5	52,79	82,5	63,96	100
<b>Total</b>	<b>431,96</b>	<b>77,1</b>	<b>128,60</b>	<b>22,9</b>	<b>560,55</b>	<b>100</b>

Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Embora a agência GoiásFomento intervenha no mercado de crédito de forma relativamente equilibrada ao longo do território e tenha aumentado o volume de crédito ofertado, não significa que sua atuação supra a escassez de crédito em Goiás. Os estudos empíricos sobre o mercado financeiro nacional demonstram que existe uma alta escassez de crédito em Goiás que não pode ser suprida apenas pelos aportes da GoiásFomento (Freitas e Paula, 2010).

O volume de crédito ofertado pela GoiásFomento representa uma parcela pequena da oferta de crédito total de Goiás. Pela Tabela 8 abaixo, é possível verificar que a participação das operações da agência não chega a 1% do total das operações totais a pessoas jurídicas de Goiás. Quando se compara em relação ao PIB estadual, esse valor é ainda menor, representando no máximo 0,04% do produto agregado em todo o período analisado.

Apesar da pequena participação do crédito da GoiásFomento no crédito total a pessoas jurídicas e em relação ao PIB de Goiás, é possível afirmar que a instituição desempenha papel importante na melhoria da funcionalidade do mercado bancário goiano. Ao prover crédito para

agentes que normalmente são excluídos do mercado bancário, sobretudo micro e pequenas empresas e pessoas físicas com baixo rendimento, a instituição supre necessidades de financiamento do setor real da economia.

**Tabela 8 - Operações da GoiásFomento em relação ao total de operações de crédito a pessoas jurídicas em Goiás e em relação ao PIB de Goiás entre 2000 e 2015 (Em porcentagem %)**

	Participação operações pessoas jurídicas (%)	Participação em relação ao PIB (%)
2004	0,36	0,04
2005	0,34	0,04
2006	0,27	0,03
2007	0,15	0,02
2008	0,13	0,02
2009	0,11	0,02
2010	0,06	0,01
2011	0,08	0,02
2012	0,14	0,04
2013	0,12	-
2014	0,21	-
2015	0,15	-

Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

#### 4 - Considerações Finais

O presente trabalho tem o privilégio de apresentar em primeira mão uma análise da atuação da agência de fomento GoiásFomento desde o início de suas atividades em 2000. A explanação de distintas informações de ordem macroeconômica, microeconômica, distribuição regional e as fontes de recursos arregimentaram uma análise ampla sobre a atuação da instituição. Um objetivo secundário desse trabalho é que a exposição detalhada dessa extensa base de dados seja utilizada como subsídio para outros estudos sobre o tema.

De modo geral, fica evidenciado que a atuação da agência GoiásFomento está alicerçada em operações de capital de giro inferiores a R\$ 50 mil, destinadas majoritariamente a empresas de micro e pequeno porte do setor do comércio. No entanto, esse padrão se alterou no período 2012-2015, grande parte em razão do aumento da provisão de crédito advindo de outras fontes de recursos, como o BNDES e o FCO.

Os dados sugerem que o aumento do volume de crédito ofertado no último quadriênio propiciou a aprovação de contratos de maior valor. Isso possibilitou que outros setores, como a indústria e outros serviços aumentassem sua demanda por crédito junto à GoiásFomento.

A análise também mostra que a distribuição dos créditos da GoiásFomento ocorre de forma equilibrada entre as microrregiões, ou seja, de forma proporcional a renda que cada uma gera. Embora a microrregião de Anápolis concentre a maior parte do crédito ofertado em

comparação a sua participação no PIB estadual, microrregiões menos desenvolvidas apresentaram participação no crédito superior as suas respectivas participações no PIB estadual. Esses resultados indicam que a GoiásFomento contribui para a redução do grau de exclusão financeira das regiões menos desenvolvidas.

Embora o volume de crédito da GoiásFomento seja insuficiente para ter o impacto econômico desejado no seu estatuto social, cujas diretrizes de atuação são ousadas e necessitariam de um volume de crédito muito superior ao apresentado, a GoiásFomento desempenha um papel importante de melhorar a funcionalidade do mercado bancário goiano.

Essa perspectiva entende que o desenvolvimento do sistema financeiro deve ser medido não pelo seu tamanho, mas pela sua funcionalidade. Um sistema financeiro funcional é aquele que supre as necessidades de financiamento do setor real da economia sem se colocar em risco (Paula, 2013). Esta não é uma pequena diferença, pois é possível que o sistema financeiro tenha um total de ativos elevado em relação ao PIB, mas que parcela significativa desse ativo esteja alocada no circuito financeiro e não no circuito produtivo ou real. Dessa forma, ao prover crédito para uma parcela da população que normalmente é excluída em pelo menos algum grau do mercado de crédito bancário, cujas operações são destinadas ao setor produtivo, a agência GoiásFomento colabora para melhoria da funcionalidade do sistema financeiro goiano.

## 5 - Referências Bibliográficas

ARAÚJO, L. V. *et al.* O sistema brasileiro de instituições financeiras subnacionais para o desenvolvimento: um panorama. **TD IPEA**, 2011.

CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; JÚNIOR, F. G. J. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. **Textos para Discussão Cedeplar-UFMG**, v. 237, p. 22, 2004.

CROCCO, M. Moeda e desenvolvimento regional e urbano: uma leitura keynesiana e sua aplicação ao caso brasileiro. **Tese apresentada para obtenção do título de Professor Titular no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR/ UFMG)**, 2010.

\_\_\_\_\_. Centralidade e Hierarquia do sistema financeiro brasileiro. **Texto de Discussão N°444 Cedeplar**, p. 1–40, 2011.

CROCCO, M.; CAVALCANTE, A.; BARRA, C. The behavior of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brazil. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 28, n. 2, p. 217–240, 2005.

CROCCO, M.; SANTOS, F.; FIGUEIREDO, A. T. L. Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 132, p. 505–526, 2010.

FREITAS, A. DE; PAULA, L. DE. Concentração Regional do Crédito e Consolidação Bancária no Brasil: Uma Análise Pós-Real. **Revista EconomiA**, 2010.

HERMANN, J. O modelo de liberalização financeira dos anos 1990: “restatement” ou autocrítica? **Revista Nova Economia (UFMG)**, v. 13, n. 2, p. 137–172, 2003.

\_\_\_\_\_. Bancos públicos em sistemas financeiros maduros : perspectivas teóricas e desafios para os países em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 123, p. 397–414, 2011.

NOGUEIRA, M. *et al.* Financial hierarchy and banking strategies : a regional analysis for the Brazilian case. **Cambridge Journal of Economics**, p. 1–18, 2014.

PAULA, L. F. DE. Financiamento , Crescimento Econômico e Funcionalidade do Sistema Financeiro : **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 43, p. 363–396, 2013.

TEIXEIRA, M. C. N. *et al.* Hierarquia financeira e estratégias bancárias: uma análise regionalizada para o caso Brasileiro. **Anais Encontro Nacional de Economia (ANPEC)**. [s.l: s.n.].

## 6 - Anexos

**Anexo 1 - Distribuição do crédito da GoiásFomento por setor entre 2000 e 2015 (Valores constantes de 2015 - Em R\$ milhões)**

Setores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Agricultura	-	0,38	0,15	0,03	0,08	0,15	0,06	-	0,16	0,04	0,00	0,10	0,05	1,25	2,64	12,16	17,26
Indústria	0,25	9,10	1,33	0,96	5,52	5,48	5,07	3,55	4,02	4,16	2,73	4,73	17,40	15,91	30,99	11,00	122,22
Comércio	0,55	25,30	5,24	5,13	20,77	20,83	18,88	16,03	17,02	14,48	9,22	13,32	19,27	16,37	33,55	18,99	254,93
Outros serviços	0,16	7,43	1,40	1,43	5,09	4,65	5,77	3,31	4,94	4,39	2,95	6,87	13,40	15,75	18,41	17,72	113,69
Sem identificação	0,06	4,53	0,66	0,54	1,39	1,51	1,27	0,58	0,68	0,32	0,57	0,63	3,49	0,70	10,35	3,81	31,09
<b>Total</b>	<b>1,02</b>	<b>46,73</b>	<b>8,78</b>	<b>8,10</b>	<b>32,85</b>	<b>32,62</b>	<b>31,06</b>	<b>23,47</b>	<b>26,83</b>	<b>23,39</b>	<b>15,47</b>	<b>25,65</b>	<b>53,60</b>	<b>49,99</b>	<b>95,95</b>	<b>63,68</b>	<b>539,19</b>

Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

**Anexo 2 - Quantidade de contratos da GoiásFomento por setor entre 2000 e 2015**

Setores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Agricultura	-	16	7	2	2	4	1	-	3	1	1	1	1	7	12	22	80
Indústria	10	370	78	45	138	127	121	93	96	80	48	86	200	128	200	141	1.961
Comércio	23	1.334	340	262	629	629	584	496	525	430	248	277	420	311	485	331	7.324
Outros serviços	5	333	79	62	152	145	169	93	125	111	64	111	169	144	229	211	2.202
Sem identificação	2	239	44	23	34	50	27	21	21	13	9	14	114	28	190	69	898
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>2.053</b>	<b>504</b>	<b>371</b>	<b>921</b>	<b>905</b>	<b>875</b>	<b>682</b>	<b>749</b>	<b>622</b>	<b>361</b>	<b>475</b>	<b>790</b>	<b>590</b>	<b>926</b>	<b>705</b>	<b>11.567</b>

Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

**Anexo 3 - Crédito ofertado GoiásFomento segundo o sujeito de direito (Pessoa física ou jurídica) e faturamento (porte ou rendimentos) entre 2000 e 2015 (Valores em R\$ milhões – constantes de 2015)**

Porte ou rendimento		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	
Pessoa Jurídica	Micro	0,87	44,78	8,30	6,72	27,46	25,68	25,05	18,80	19,91	16,29	9,40	10,91	13,57	12,60	26,46	9,18	276,00	
	Pequeno	0,14	1,76	0,43	1,24	4,55	5,68	5,36	4,45	5,76	6,87	5,16	13,20	26,29	26,63	34,20	29,20	170,93	
	Médio	0,02	0,20	0,07	0,08	0,76	1,30	0,69	0,26	1,09	0,19	0,50	1,33	9,62	9,42	23,53	7,93	56,98	
	Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,36	0,35	0,70	1,59	4,00
Pessoa Física	Sem rendimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,10	0,42	-	0,03	-	0,10	0,33	0,99	
	Até 1 salário mínimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,17	0,66	0,79	1,77	-	3,38	
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,38	-	0,38	
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,04	0,45	0,14	0,61	1,65	2,88	
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,15	-	0,58	0,72	1,45	
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,60	0,08	7,24	9,02	17,93
	Mais de 10 a 20 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,06	-	0,17	2,19	2,42
	Acima de 20 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,30	2,15	2,45
Sem identificação	-	0,02	0,02	0,06	0,17	0,03	-	0,02	0,06	-	0,02	-	-	-	-	-	-	0,42	
<b>Total</b>		1,02	46,76	8,83	8,10	32,95	32,70	31,10	23,53	26,83	23,46	15,51	25,65	53,79	49,99	96,03	63,96	540,20	

Fonte: GoiásFomento,

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

**Anexo 4 - Número de contratos firmados segundo sujeito de direito (Pessoa física ou jurídica) e faturamento (porte ou rendimentos) entre 2000 e 2015**

Porte ou rendimento		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Pessoa jurídica	Micro	34	2200	521	357	843	817	777	593	620	497	270	263	439	351	562	312	9.456
	Pequeno	5	82	23	34	96	118	113	104	133	132	91	210	286	205	285	280	2.197
	Médio	1	8	3	2	13	16	12	5	16	4	5	10	23	22	38	24	202
	Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	18	34	51
Pessoa física	Sem rendimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	2	-	2	6	15
	Até 1 salário mínimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	10	6	8	-	26
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	44	14	11	3	76
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	7	23	35
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	2	158	52	247
	Mais de 10 a 20 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	4	7	12
	Acima de 20 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	16	20
Sem identificação	-	2	1	1	3	4	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	14
<b>Total</b>		40	2.292	548	394	955	955	902	703	770	635	370	489	904	618	1.116	774	12.465

Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

Anexo 5 - Fontes de recursos da GoiásFomento entre 2000 e 2015 (Em R\$ milhões e valores constantes de 2015)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Recursos próprios	1,07	47,37	8,04	8,20	33,89	34,25	32,87	24,36	27,54	23,41	14,64	22,65	46,03	32,45	64,03	11,17
Recursos oficiais	-	0,70	0,64	-	-	-	0,50	0,57	0,50	1,48	1,57	4,01	10,22	19,78	35,84	52,79
BNDES	-	0,70	0,64	-	-	-	0,50	0,57	0,50	0,31	0,12	-	1,12	3,39	12,96	13,83
FCO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,16	1,45	4,01	9,10	16,40	22,88	37,79
FINEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,18
<b>Total</b>	<b>1,07</b>	<b>48,06</b>	<b>8,68</b>	<b>8,20</b>	<b>33,89</b>	<b>34,25</b>	<b>33,37</b>	<b>24,93</b>	<b>28,04</b>	<b>24,89</b>	<b>16,20</b>	<b>26,65</b>	<b>56,24</b>	<b>52,23</b>	<b>99,88</b>	<b>63,96</b>

Fonte: GoiásFomento

Elaboração: Instituto Mauro Borges-Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

---

**IMB - INSTITUTO MAURO BORGES**  
DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

---

**Equipe Técnica**

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais

**Autores**

Eduardo Santos Araújo

Guilherme Resende de Oliveira

Marcos Fernando Arriel

**Publicação Via Web**

Bruno Miranda de Oliveira – Gabinete

**Capa**

Jaqueline Vasconcelos Braga – Gabinete

*É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.*

Fevereiro de 2017

**SEGPLAN**  
SECRETARIA DE ESTADO DE  
GESTÃO E PLANEJAMENTO

